que constitui as referidas brigadas as situações legais que à data dos seus contratos tinha noutros serviços do Estado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Aos funcionários ou empregados do Estado, em serviço activo, que sejam contratados para fazer parte das brigadas criadas pelo decreto-lei n.º 18:268, de 30 de Abril de 1930, é garantido o regresso ao exercício dos seus lugares quando terminarem os respectivos contratos.

Art. 2.º As vagas temporariamente abertas pela ausência dos indivíduos de que trata o artigo antecedente poderão ser providas interinamente ou por acumulação, quando se verifique a imperiosa necessidade de as preencher.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Maio de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 18:354

Considerando que se torna necessário reforçar a verba de 5.000\$ descrita no capítulo 5.º, artigo 72.º, n.º 2), do orçamento do Ministério das Colónias em vigor no corrente ano económico de 1929-1930;

Considerando que presentemente se reconhece poder ser reduzida, sem prejuízo do regular andamento dos serviços, a dotação do artigo 73.º do mesmo capítulo o orçamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 1.200\$ a verba de 5.000\$ descrita no orçamento do Ministério das Colónias do corrente ano económico de 1929-1930, no capítulo 5.º, artigo 72.º, n.º 2) «Despesas com o material», anulando-se no mesmo orçamento, na dotação do artigo 73.º, capítulo 5.º «Pagamento de serviços», igual importância.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Maio de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.